

TÊXTEIS PORTUGUESES



Paulo Rangel e Mário David criticam confusão entre Política Comercial e ajuda humanitária

Pg. 02 e 10



EDITORIAL CARLOS COELHO

QUE EUROPA?

A UE **tem mais eficácia e legitimidade** quando consegue **conciliar o interesse comum com os interesses nacionais**.

Há um limite a partir do qual insistir e bloquear decisões significa sacrificar o interesse comum aos **egoísmos nacionais**.

Não se compreende a **intransigência** de alguns Estados-Membros quanto ao **Orçamento da UE**. O Deputado **José Manuel Fernandes** tornou-claro quando afirmou "No Orçamento, o que se está a discutir é o Futuro da Europa. A questão mais do que financeira é política: as **próximas perspectivas financeiras** e os novos **recursos próprios**".

Durão Barroso foi claro quando apontou o dedo aos que, no Conselho, se **esqueceram que também são europeus**: o Reino Unido, a Suécia e a Holanda destacados na primeira fila com alguns, mais discretos, por detrás.

Igualmente no Euro importa assegurar que existe EUROPA. Se é verdade que todos (incluindo Portugal) têm de se esforçar por ter as contas em ordem, é igualmente importante que todos defendam de forma solidária o projecto comum. **Merkel afirmou que se o euro falhar é a Europa que falha**. Há que dar consequência a essa afirmação.

Nos tempos que correm **todos têm de ser responsabilmente mais europeus**. Em Atenas, Dublin, Madrid ou Lisboa mas também em Londres e Berlim.

Promover a Investigação

Aprovado Relatório Graça Carvalho que simplifica o acesso aos fundos

Pg. 06

Emprego dos Jovens

José Manuel Fernandes propõe "o teu primeiro EURES"



Pg. 15

Bulgária e Roménia querem entrar em Schengen

Aprovado o 1º passo com o Relatório Coelho sobre a Protecção de Dados

Pg. 16

Plenário aprova Relatório Rangel

Sobre O Acordo-Quadro Parlamento/Comissão



Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek felicita trabalho desenvolvido por Paulo Rangel e sublinha que o relatório foi aprovado “com nítida maioria”.

Estrasburgo, 20 de Outubro de 2010 - O relatório do deputado **Paulo Rangel** sobre o acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão foi hoje aprovado em Estrasburgo.

O relator **Paulo Rangel** afirma: **“Com este acordo, o Parlamento Europeu sai reforçado e por isso podemos dizer que, ao reconhecer o papel institucional de primeira linha da “casa dos cidadãos” estamos a aprofundar a democratização da União Europeia. A aprovação do Relatório por esta Câmara é um sinal muito forte de que queremos continuar a consolidar o princípio da separação de poderes.”**

Esta foi a **segunda vez na história da União Europeia** que a Comissão de Assuntos Constitucionais foi chamada a pronunciar-se sobre os acordos interinstitucionais através de um

relatório. Tratou-se também do primeiro acordo-quadro negociado desde a aprovação do Tratado de Lisboa.

Com a entrada em vigor do também chamado **“Tratado dos Paramentos”, o Acordo assumiu uma relevância especial uma vez que se tratou de definir as relações entre duas instituições numa altura em que o Parlamento Europeu recebe novos poderes, nomeadamente no processo legislativo, sendo colocado a par do Conselho Europeu.** Entre outros, são pontos-chave do sucesso da equipa negociadora os seguintes: nas negociações internacionais a inclusão de disposições pormenorizadas tendo em conta o reforço do papel do Parlamento Europeu, tanto em matéria de acesso à informação como na participação em conferências internacionais, o acesso do Parlamento a informações confidenciais e a revisão de todas as propostas pendentes no início do mandato da nova Comissão, a fim de as confirmar politicamente ou retirá-las, tendo em conta as opiniões expressas pelo Parlamento Europeu.

O acordo-quadro aborda questões como a responsabilidade política das duas instituições, a circulação das informações entre ambas, as relações externas, o alargamento e acordos internacionais, a execução do orçamento, o pro-

grama político e legislativo da Comissão e programação plurianual da União, a competência normativa e poderes de execução específicos da Comissão, o controlo da aplicação do Direito Comunitário e a participação da Comissão nos trabalhos parlamentares, entre outras.

Do lado do Parlamento Europeu, o grupo negociador foi constituído pelo Deputado alemão Klaus-Heiner Lehner, Presidente da Conferência de Presidentes das Comissões, pelo Deputado austríaco e Vice Presidente do Grupo da Aliança Progressista dos socialistas e Democratas, Hannes Swoboda, pela Deputada britânica do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e Vice Presidente do Parlamento Europeu, Diana Wallis, pela Deputada alemã presidente do Grupo dos Verdes/ Aliança Livre, Rebecca Harms, e pela Deputada alemã do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Dagmar, Roth-Behrendt.

TEXTEIS PAQUISTÃO:

Paulo Rangel diz a Van Rompuy que união não deve proteger a indústria de países que exploram trabalho infantil

Paulo Rangel insurgiu-se contra a abertura da UE aos têxteis paquistaneses durante o debate sobre as conclusões do Conselho europeu

O Deputado Paulo Rangel manifestou ao Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, que está contra a abertura da União Europeia ao sector têxtil do Paquistão sublinhando que **“a UE deve ser solidária com os países que sofrem catástrofes mas não deve proteger uma indústria - como a do sector têxtil do Paquistão - que recorre ao trabalho infantil, que não cumpre os mínimos sociais e explora a mão-de-obra.”**

Durante o debate sobre as conclusões do Conselho Europeu do passado dia 16 de Setembro, Rangel defendeu toda a ajuda humanitária à população paquistanesa, mas acrescentou que **“a calamidade natural do Paquistão não justifica o levantamento de barreiras alfandegárias.”**

O Deputado coordenador do Grupo europeu do PSD lembrou que **“o Estado paquistanês e alguns dos seus aliados europeus sempre pugnaram pela remoção dessas barreiras, não havendo portanto qualquer relação entre a gravíssima situação actual e o tratamento exigente do fluxo industrial daquele Estado asiático.”**

Parlamento e Conselho chegam finalmente a

acordo sobre Orçamento da União Europeia para 2011

O Eurodeputado José Manuel Fernandes tinha alertado para a necessidade dos Estados-Membros resolverem rapidamente as suas divisões. Se a UE entrasse no ano de 2011 a governar-se por duodécimos seria um sinal negativo em tempo de crise.



Na sequência do acordo com o Conselho, o **Parlamento Europeu aprovou o orçamento comunitário para 2011**. O orçamento reforça o financiamento da maior parte das prioridades dos eurodeputados, respeitando, no entanto, os limites totais estabelecidos pelo Conselho. Durante as negociações, o Parlamento, o Conselho e a Comissão chegaram também a acordo sobre outras questões políticas relacionadas com o orçamento europeu.

O orçamento comunitário para 2011 **reforça o financiamento para as prioridades definidas pelo Parlamento Europeu**, como a educação, a inovação, o processo de paz no Médio Oriente e a Palestina. Alguns exemplos (os valores referem-se a autorizações):

1a- Competitividade para o crescimento e o emprego:

Mais fundos para o programa de aprendizagem ao longo da vida (+18 milhões de euros), para o programa espírito empresarial e inovação (+10 milhões) e para o programa energia inteligente (+10 milhões).

1b- Coesão para o crescimento e o emprego:

Os eurodeputados criaram uma nova linha orçamental, com 2,5 milhões de euros, para a estratégia para a região do Mar Báltico.

2- Preservação e gestão dos recursos naturais:

Mais 6,7 milhões para o programa ambiental Life+ e mais 2 milhões para o apoio à gestão dos recursos da pesca.

3a- Liberdade, segurança e justiça:

Mais 2,35 milhões para o programa Daphne de combate à violência contra mulheres e crianças e mais um milhão para a prevenção do terrorismo.

3b- Cidadania:

Mais 4 milhões para apoiar os Jogos Olímpicos Especiais na Grécia e mais 3 milhões para o programa juventude em acção.

4- A UE enquanto parceiro mundial:

Mais 100 milhões para o apoio à Palestina, ao processo de paz e à UNRWA.

Quanto ao nível global do orçamento, os eurodeputados aprovaram os valores propostos pela Comissão a 26 de Novembro:

141,8 mil milhões de euros em autorizações e 126,5 mil milhões de euros em pagamentos.

O PE sempre considerou mais importante o nível de autorizações, dado que é este que determina as despesas futuras.

Este acordo põe cobro a uma situação de impasse que tinha sido criticada pelo Deputado José Manuel Fernandes: **“Não podemos adicionar à crise económica uma crise institucional. O Conselho tem de resolver rapidamente as suas divisões internas, que correspondem a um pequeno grupo de países que podem bloquear o avanço da Europa, e adaptar-se ao Tratado de Lisboa”**.

Para José Manuel Fernandes - que integrou a delegação do Parlamento, em representação do PPE - **“esta situação surge num momento de crise e pode ser vista pelos cidadãos como um passo atrás. No entanto, espero que sirva para a UE ganhar balanço e reforçar os mecanismos de coesão e capacidade de decisão e intervenção”**. 



Paulo Rangel quer saber se Portugal pode utilizar verbas comunitárias

em investimentos regionais de proximidade *“em vez de apostar tudo no TGV”*

O Eurodeputado quer saber qual o valor exacto que Portugal dispõe depois do Governo Português ter desperdiçado as verbas destinadas ao *“novo aeroporto”*

Rangel manifesta-se contra a concentração das verbas de Bruxelas num só projecto (TGV) “cuja relação custo benefício nunca foi demonstrada, faraónico, que numa situação de crise não é prioritário e que do ponto de vista económico não é reprodutivo.”

O Deputado **Paulo Rangel**, coordenador do Grupo Europeu do PSD e Vice Presidente do Grupo PPE questionou a Comissão Europeia sobre os **fundos perdidos pelo Estado Português no projecto do novo aeroporto de Lisboa por “atrasos no processo”** e **questionou o executivo comunitário sobre as verbas que Portugal pode ainda utilizar.**

Na pergunta o Deputado refere que foi a própria Comissão Europeia, em resposta enviada pelo Comissário Olli Rehn a **Paulo Rangel** que **“a fim de tomar em conta as medidas de consolidação orçamental (...), poderá ser necessário reprogramar alguns investimentos em infra-estruturas, mas até ao momento a Comissão não recebeu qualquer proposta das autoridades portuguesas nesse sentido.”**

“Tendo em conta que o Comissário Olli Rehn, em resposta que me foi enviada em 23 de Setembro de 2010, refere que as ajudas, para não serem definitivamente perdidas, devem ser gastas no terreno até 31 de Dezembro de 2015, qual o prazo que a Comissão dá ao Governo Português para apresentar uma eventual reorientação dos investimentos?”, pergunta o Deputado.

Rangel quer também saber se *“for efectuada uma profunda revisão das estratégias do QREN, considera a Comissão Europeia possível que se utilizem as verbas do Fundo de Coesão dedicadas a essas obras públicas (num valor próximo dos 80% dos fundos comunitários para essas obras) em investimentos regionais de proximidade que permitissem uma colaboração com as entidades regionais e locais, mas sobretudo com a sociedade civil, para que se executasse a totalidade dos fundos até final de 2015?”*

Paulo Rangel tem defendido que é preferível utilizar os fundos comunitários em investimentos regionais de proximidade do que em gran-

des obras públicas centralizadas, por 3 grandes razões:

- 1 - O efeito multiplicador do investimento é maior se for utilizado em sectores de bem transaccionáveis (investimento reprodutivo) do que em sectores não transaccionáveis (como o TGV ou o Aeroporto). Em circunstâncias como as actuais a reorientação dos investimentos é verdadeiramente prioritária.
- 2 - O impacto do investimento no crescimento e no emprego é maior se for efectuado de forma equilibrada no país, dando prevalência às regiões mais pobres, do que se for concentrado numa única região e logo na região mais rica do país, como é o caso do TGV.
- 3 - O investimento tem um menor impacto no endividamento externo do país se for efectuado em sectores que não requeiram grandes importações, do que em sectores em que o nível de importações é muito elevado, como é o caso do TGV. 

...relação custo benefício nunca foi demonstrada, faraónico, que numa situação de crise não é prioritário e que do ponto de vista económico não é reprodutivo.

Grupo PPE reunido na Madeira pede aos Estados-Membros a criação de Força Europeia de Protecção Civil

O Grupo do PPE durante as suas Jornadas de Estudo que decorrem na Madeira, promoveu um debate sobre o desenvolvimento na União Europeia da sua capacidade reacção em casos de desastres naturais, nomeadamente através da implementação de uma força de protecção civil ao nível europeu.

“Não haveria outro lugar que fosse mais adequado para levar a cabo este debate sobre o estabelecimento de uma força de protecção civil do que aqui na Madeira”, disse a Comissária Kristalina Georgieva, sublinhando que nas últimas décadas vindo a assistir a um aumento no número e na intensidade dos desastres naturais, enquanto **“a nossa capacidade para lidar com os desastres cresce a um ritmo menor. Mais de 90% dos nossos cidadãos aguardam uma acção coordenada de parte da UE em casos de desastres. Não podemos desapontá-los”,** diz a Comissária.

Os vários desafios relacionados com a protecção civil são a prevenção, a preparação e o treino. Todos os participantes destacaram a importância de aumentar a visibilidade da acção europeia.

“Uma força de protecção civil seria bem-vinda uma vez que daria uma resposta rápida, eficiente e consistente em termos de acção e de um apoio concreto às áreas que deles carecem, como foi o recente caso da tragédia natural que ocorreu aqui na Madeira em Fevereiro”, realça **Nuno Teixeira,** Eurodeputado, oriundo da Madeira.

“A criação de uma Força Europeia de Protecção Civil não é apenas uma questão de pragmatismo e de ajuda humanitária. É também um questão de solidariedade e de integração europeia”, acrescenta **Paulo Rangel,** eurodeputado e vice-presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD no Grupo do PPE. **“Europeus e não europeus reconhecerão a UE quando virem a acção da força europeia na ajuda em situações de extrema necessidade”,** disse o Deputado.



“A Força Europeia de Protecção Civil consistiria numa optimização dos mecanismos europeus existentes bem como num compromisso da parte de alguns Esta-

dos-Membros em pôr à disposição desta força vários módulos essenciais”, destaca Michèle Striffler, Vice-Presidente da Comissão para o Desenvolvimento do PE e Relatora Permanente para a Ajuda Humanitária. Estes módulos seriam pré-definidos e reagiriam imediatamente durante as operações da UE sob a coordenação do Centro de Informação e de Monitorização. Estão já disponíveis a nível nacional e não criariam, por isso, custos adicionais.

Concluindo o debate, Simon Busuttill, Eurodeputado e Coordenador do PPE na Comissão do PE para as Liberdades Cívicas, diz: **“A tensão existente no que respeita à criação de uma Força Europeia de Protecção Civil é a comum que existe entre levar a cabo uma acção sozinho e a solidariedade europeia. A mudança política é clara. A questão à qual temos agora de dar resposta é a seguinte: teremos nós coragem política para dar uma resposta a estes desafios?”,** diz o Eurodeputado. 

Relatório de Graça Carvalho para a Simplificação da Implementação dos Programas-Quadro de Investigação aprovado por maioria

O relatório foi aprovado com 553 votos a favor, 12 contra e 7 abstenções e vai redefinir as regras de participação dos actuais e futuros Programas Europeus de Ciência e Inovação

A relatora declara que *“É a altura de desenvolver mecanismos para a criação de emprego para dar um novo impulso à economia”*.

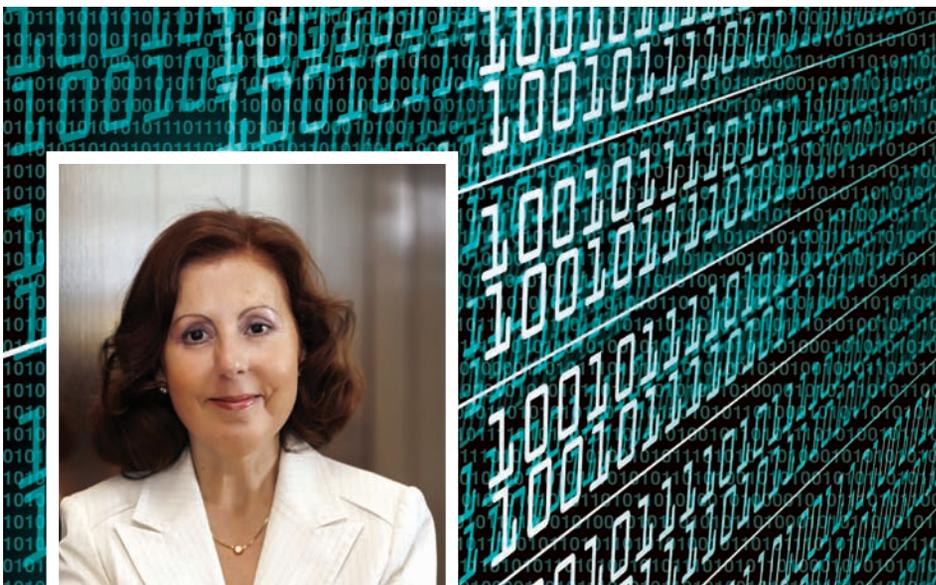
Maria da Graça Carvalho, que integra a Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE) do Parlamento Europeu, é desde Maio passado **Relatora para a Simplificação da Implementação dos Programas Quadro de Investigação**.

O relatório para a **Simplificação das Regras de Participação dos actuais e futuros Programas Europeus de Ciência e Inovação, vai redefinir as regras de participação não só no actual Programa-Quadro de Investigação (52 mil milhões de Euros), mas em todos os outros programas de Ciência e de Inovação actuais e futuros, de modo a facilitar a participação e a elevar as taxas de execução dos mesmos**. Presentemente as regras são muito complexas. Este relatório pretende ser o guião da participação nos actuais e futuros programas pós 2013.

“Promover a investigação e a inovação, tornando mais fácil a candidatura a subvenções da UE e a respectiva gestão”; são os objectivos principais. A Deputada também considera que este relatório “pode ter um papel fundamental na estratégia Europa 2020 para que os investigadores mais competentes e mais preparados se sintam aliciados a participar. Também permitirá tornar as regras e os processos mais simples, claros e transparentes para facilitar a participação”. Graça Carvalho afirma que **“este relatório chega na altura certa e assume uma relevância especial neste momento que atravessamos de crise económica. É a altura de desenvolver mecanismos para a criação de emprego para dar um novo impulso à economia”**.

Prioridades expostas no relatório:

- Um sistema de financiamento baseado na excelência científica, com simplificação do



controle financeiro, em substituição do actual controlo centrado nos aspectos administrativos e financeiros;

- Harmonização das regras e dos procedimentos para os diferentes instrumentos utilizados nos programas da Comissão, com regras própria para centros de investigação e universidades, para a indústria e para as PME;
- Simplificação das regras financeiras tendo em vista uma abordagem baseada na confiança e numa maior tolerância de risco.

Para a elaboração do relatório, **Maria da Graça Carvalho** abriu um processo de consulta pública, para ouvir os vários parceiros, universidades, centros de investigação e empresas. O objectivo foi debater as principais regras de participação nos Programas Europeus de Ciência e Inovação e as suas fraquezas para determinar as alterações necessárias. Com este propósito realizou-se um seminário no Porto e outro em Lisboa e uma audição no Parlamento Europeu para culminar o processo. O site da eurodeputada www.gracacarvalho.eu

“Promover a investigação e a inovação, tornando mais fácil a candidatura a subvenções da UE e a respectiva gestão”.

foi uma plataforma de recepção de propostas e contribuições que foram recolhidas no relatório.

A Deputada europeia declara que o envolvimento dos cidadãos tem sido “enorme, o que mostra que **a investigação científica tem uma importância muito grande no cenário europeu**”. E acrescenta que “Este envolvimento mostra também que é necessário redefinir o modelo existente. Estamos perante um dos maiores **motores de crescimento da economia e temos de facilitar a participação e a continuidade no trabalho dos nossos investigadores**”.

Entre outras acções realizadas, a deputada pelo PSD **Maria da Graça Carvalho** foi convidada para apresentar o relatório aos Ministros de Ciência dos 27 em Julho passado. 

Nuno Teixeira defende criação de estratégias para as macroregiões da Ultraperiferia

O Eurodeputado madeirense propõe o desenvolvimento de um **programa que tenha em conta, não só as características especiais e as potencialidades de cada Região Ultraperiférica, mas também os desafios comuns às suas bacias marítimas e às actividades económicas** com estas conexas que são da máxima importância para o desenvolvimento destas regiões.

"A solução pode ser encontrada a nível macroregional", refere **Nuno Teixeira**. *"À semelhança das Estratégias para a Macroregião do Mar Báltico e para a Macroregião do Mar Mediterrâneo, poderia haver uma para a Macroregião da Macaronésia".*

A Macaronésia inclui para além da Madeira, as Regiões Ultraperiféricas dos Açores e das Ilhas Canárias e Cabo Verde, pelo que, reforça o Deputado, *"uma Estratégia integrada para este espaço marítimo contribuiria para a dinamização dos vários sectores de actividade neste espaço geográfico marítimo, bem como para reforçar a posição da Ultraperiferia como ponta de lança na Europa, nas suas relações com países terceiros"*.

A proposta do Eurodeputado foi incluída num documento da Comissão do Desenvolvimento Regional, aprovado esta semana no Parlamento, sobre a Política Marítima Integrada da União Europeia. **Nuno Teixeira** é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão da Política Regional e membro suplente da Comissão dos Transportes e Turismo .



Paulo Rangel denuncia agressões ambientais

do Porto de Leixões e promete questionar Comissão Europeia



Porto, 13 de Setembro de 2010 - O deputado **Paulo Rangel** denunciou esta manhã as agressões ambientais do Porto de Leixões apontando o dedo à **"inadmissível ausência de resposta a questões relacionadas com a protecção da saúde pública e da qualidade de vida dos matosinhenses,"** acusou o Deputado ao Parlamento Europeu.

Durante uma iniciativa da concelhia do PSD de Matosinhos, o coordenador do grupo europeu do PSD, assumiu o compromisso de **questionar a Comissão Europeia** e de **"chamar a atenção da Câmara de Matosinhos e da Administração do Porto de Leixões para as Directivas que definem valores-limite para as emissões e para o ruído, bem como a disponibilização de informação ao público"**. A questão escrita enviada à Comissão será assinada em conjunto pelos deputados **Paulo**

Rangel (Coordenador do Grupo Europeu do PSD) **Maria da Graça Carvalho**, (Comissão da Indústria) e **José Manuel Fernandes** (Comissão do Ambiente).

Embora tenha destacado a importância da actividade do Porto de Leixões, **Paulo Rangel** mostrou-se solidário com os moradores que diariamente sentem na pele as condições de cargas e descargas verificadas na Doca Norte do Porto de Leixões e que continuam a sentir-se incomodados com a emissão de poeiras e com os ruídos ensurdecedores que se fazem sentir.

Além do Deputado **Paulo Rangel**, a iniciativa contou com a participação da Deputada do PSD à Assembleia da República, Luísa Roseira, e de Miguel Pereira Leite da comissão de moradores da zona histórica de Matosinhos. .

Regina Bastos, questionou a Comissão Europeia

sobre a transferência de fundos comunitários das regiões mais desfavorecidas para Lisboa.

O Governo Português tem vindo a transferir fundos comunitários destinados à regiões mais pobres para a modernização da máquina do Estado Lisboaeta.

Os fundos comunitários têm por função reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros contribuindo deste modo para a coesão económica, social e territorial.

Regina Bastos afirma que, **"com esta atitude, o Governo Português, está a desvirtuar**

os objectivos dos fundos comunitários."

Esta decisão, do Governo Português, tem feito com que a maioria do dinheiro seja investido na capital, fazendo com que as regiões mais necessitadas pouco recebam.

Para **Regina Bastos**, **"com estas transferências de verbas, o Governo Português está a contribuir para o aumento das assimetrias regionais no país"**. Neste sentido, Regina Bastos, questionou a Comissão Europeia sobre esta problemática. .

Patrão Neves promove Açores no PE



Num dos mais concorridos eventos realizados no Parlamento Europeu neste mandato, a **Deputada Maria do Céu Patrão Neves promoveu os Açores** organizando uma exposição que foi acompanhada do lançamento de um livro, apresentação de folclore e de produtos das 9 ilhas do arquipélago açoriano.

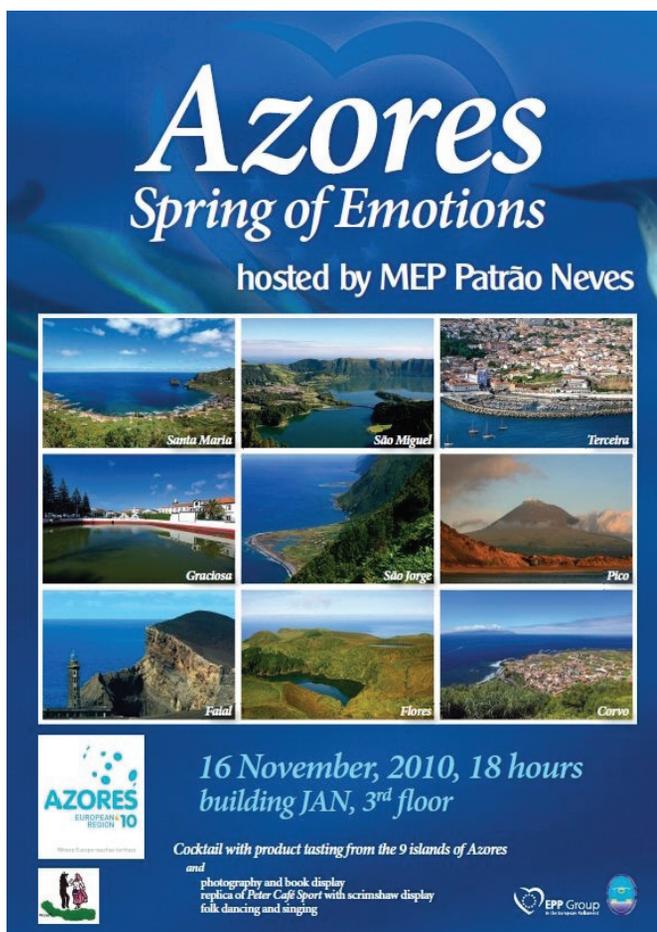
"Spring of emotions" foi como Patrão Neves baptizou a iniciativa que se inseriu na celebração do **"Açores, Região europeia 2010"** e que contou com:

- Produtos das nove ilhas dos Açores;
- Exposição fotográfica;
- Lançamento de livro "Açores, ilhas de sonho", de José Rodrigues;
- Difusão do filme "Açores, 9 ilhas - uma viagem íntima", de Teresa Tomé;
- Apresentação do "Capote e Capelo" e de uma saia inédita recuperada do séc. XIX, pelo Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva;
- Trabalho ao vivo de artesãos regionais;
- Apresentação de ofertas turísticas;
- Réplica do Peter Café Sport (e exposição de scrimshaw);
- Prova gastronómica de produtos regionais açorianos;

Ao grupo de convidados (que continha diversos Deputados à Assembleia Legislativa Regional, dirigentes partidários e de organizações da sociedade civil) foi proporcionada uma visita ao Parlamento Europeu e uma sessão de debate sobre o funcionamento das instituições europeias e as questões da actualidade. A abertura do evento foi presidida pelo Comissário da Agricultura o romeno Dacian Cioloş que, falando em francês, dirigiu palavras muito simpáticas à Deputada anfitriã e à Região Autónoma dos Açores.

Um filme resumo do evento pode ser visto em:

<http://www.vimeo.com/17113252>. 



Azores

Spring of Emotions

hosted by MEP Patrão Neves

 Santa Maria	 São Miguel	 Terceira
 Graciosa	 São Jorge	 Pico
 Faial	 Flores	 Corvo

16 November, 2010, 18 hours
building JAN, 3rd floor

Cocktail with product tasting from the 9 islands of Azores
and
photography and book display
replica of Peter Café Sport with scrimshaw display
folk dancing and singing

Patrão Neves promove roteiro dos Produtos Regionais de Qualidade da ilha Graciosa



A Eurodeputada social-democrata Maria Patrão Neves realizou na passada sexta-feira mais uma etapa do seu "Roteiro dos Produtos Regionais de Qualidade", desta vez passando na ilha Graciosa.

A Eurodeputada social-democrata Maria Patrão Neves realizou na passada sexta-feira mais uma etapa do seu "Roteiro dos Produtos Regionais de Qualidade", desta vez passando na ilha Graciosa.

O "Roteiro dos Produtos Regionais de Qualidade" visa promover uma diversidade de produções agrícolas regionais que se destacam pela sua especificidade, nas particularidades de que a produção se reveste nos Açores, e pela sua qualidade, pelo reconhecimento de excelência do produto.

A etapa da ilha Graciosa do "Roteiro dos Produtos Regionais de Qualidade" privilegiou a visita à fábrica das "Queijadas da Graciosa", às explorações de mel, meloas e alhos e à Adega e Cooperativa Agrícola. O Roteiro contemplou também uma reunião com os principais produtores da Graciosa, representantes dos agricultores Graciosenses e da Câmara do Comércio e Indústria, encontro este realizado no restaurante "Quinta das Grotas".

No final da visita, **Patrão Neves** mostrava-se satisfeita, dizendo que esta foi uma visita "muito produtiva", tal como as que tem feito nas restantes ilhas do arquipélago. Ficou realmente impressionada com o que viu, nomeadamente na floricultura, diversidade e qualidade de frutas, o mel e os alhos, para além das queijadas.

Segundo disse, na Graciosa existem produtos únicos e de boa qualidade, que se tiverem bons apoios ao nível do transporte e marketing têm um mercado assegurado, sendo por

isso "produtos de valor acrescentado".

Em relação às reuniões realizadas na nossa ilha, **Patrão Neves** fez um balanço extremamente positivo, tendo salientado como um dos problemas principais apresentados pelos produtores, a ausência de apoio técnico efetivo no terreno para ajudar os produtores das diferentes áreas.

Na visita à Adega e Cooperativa Agrícola da Ilha Graciosa, a eurodeputada teve a oportunidade de conhecer o projecto de remodelação destas instalações.

Para terminar, **Patrão Neves** deixou um voto de parabéns aos produtores que se esforçam e tentam dar o seu melhor, e deixou ainda uma palavra de encorajamento afirmando que, "se nós queremos vencer o futuro, temos que apostar em conseguir tirar o máximo de valor daquilo que somos capazes de fazer em vez de olharmos para as dificuldades". 

Deputado Mário David assume defesa dos têxteis portugueses no PE

O Deputado europeu do PSD, Mário David, questionou hoje a Comissão Europeia sobre o pedido que o Paquistão fez à União Europeia para o livre acesso ao seu mercado interno para o sector do Têxtil e Vestuário (T&V).



Segundo **Mário David**, que integra a Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, este recorrente pedido das autoridades paquistanesas surge, *"oportunicamente, no seguimento das graves cheias que afectaram uma grande parte do país. Recordo que, num passado recente, outras questões de cariz conjuntural embora igualmente graves, motivaram esta mesma solicitação do Estado paquistanês (v.g. a luta contra o terrorismo, a crise económica)."*

"Sempre a Comissão negou tal pretensão!" Segundo **Mário David**, *"a catástrofe meteorológica e ambiental que recentemente se abateu sobre o Paquistão, chocou e sensibilizou o mundo."* **Mário David** considera, por isso, que a União Europeia, no âmbito da sua política de cooperação internacional, ajuda humanitária e resposta a situações de crise, deverá **"apoiar fortemente e sem reservas** todos os esforços de minimização dos impactos desta tragédia junto das populações afectadas".

Segundo o Eurodeputado do PSD, bem diferente contudo **"é a alteração permanente (ou pelo menos por prazos longos) de regras de mercado internas ou as previstas em acordos internacionais que a União subscreveu**, pois estas alterações, a acontecer, teriam impactos estruturantes sobre o sector, dentro e fora da União Europeia. Internamente, e muito em especial nos Estados Membros onde o sector do T&V possui maior relevância económica, os impactos económicos (principalmente sobre o emprego) de um eventual acesso dos T&V

paquistaneses ao mercado europeu em condições mais favoráveis, deverão ser considerados atentamente pela Comissão Europeia na sua análise a esta questão, **muito em especial no actual clima de crise."**

Mário David afirma-se ainda *"estupefato, as declarações recentes da Comissária Georgieva a um jornal paquistanês sobre o acesso"*. Estas declarações fazem supor que, além da *"ajuda humanitária"* correctamente canalizada para o auxílio à população paquistanesa, pode a Comissão estar aberta a outro tipo de "ajuda" quando os pressupostos, do lado da União, são os mesmos ou ainda piores do que os que sempre nos fizeram negar tal pretensão!"

Mário David questiona: **"estará a Comissão Europeia a confundir o justo e focalizado apoio conjuntural a populações que foram alvo de uma tragédia, com o injusto apoio estrutural ao sector industrial de T&V desse mesmo país**, não tendo em consideração os impactos internos e externos que essa decisão poderá ter para o já frágil sector industrial de T&V europeu?"

Irá, desta vez, a **União Europeia ceder às pretensões paquistanesas** de livre acesso ao mercado interno por parte do seu sector industrial de T&V?

Possui a Comissão Europeia algum estudo com os impactos sobre as variáveis económicas da União e dos seus Estados-Membros, (nomeadamente sobre o emprego) após a eventual implementação de tal medida? 

Carlos Coelho contra a Pena de Morte



O Parlamento Europeu aprovou, na sessão plenária em Bruxelas, uma **Resolução sobre o Dia Mundial contra a Pena de Morte** que contou com o apoio do Deputado social-democrata **Carlos Coelho**.

Carlos Coelho frisou em Bruxelas que "a abolição da pena de morte em todo o mundo constitui uma prioridade para a UE. 10 de Outubro foi consagrado como o Dia Europeu contra a Pena de Morte. **Estamos firmemente empenhados em contribuir para a sua abolição global e para uma aceitação universal deste princípio"**.

O PE foi, no início dos anos 80, a primeira instituição europeia a iniciar esta campanha, sendo a UE neste momento o principal actor institucional na luta contra a pena de morte, bem como o principal financiador dos esforços realizados nesse sentido. **"O valor da vida e a multiplicação de erros judiciais que a História nos legou são razões de sobra para combatermos a pena de morte"**, defendeu **Carlos Coelho**.

De acordo com a Amnistia Internacional, existem ainda 58 países no mundo que não a aboliram, sendo que cerca de 18 levaram a cabo execuções, em 2009, em que só a China executou um maior número de pessoas, do que todos os outros países juntos. O único país na Europa que continua a aplicar a pena de morte é a Bielorrússia.

Ao concluir **Carlos Coelho** recordou que no Parlamento Europeu **"Batemo-nos pela aprovação de moratórias à sua aplicação, até que seja finalmente erradicada a pena capital"**. 

Eleições na Birmânia: Maria da Graça Carvalho apela a UE a tomar uma posição contundente

Tendo em vista que as eleições gerais convocadas no país para 7 de Novembro violam os princípios democráticos e não permitem a realização de eleições livres, que Aung San Suu Kyi continua sob prisão domiciliária, que 25% dos assentos na câmara baixa já estão reservados para os militares e que cidadãos casados com estrangeiros não podem ser candidatos, a conferência **"Rumo à Paz e à Democracia na Birmânia"**, que teve lugar ontem no Parlamento Europeu, foi uma tentativa de contribuir para que a este país celebre umas eleições democráticas e liberte os presos políticos.

Para **Maria da Graça Carvalho, co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária África - Caraíbas e Pacífico -UE** e organizadora do evento, o mais importante agora é *"apelar à UE para que tome uma posição contundente sobre a situação na Birmânia; reafirmar o compromisso do PE com a Birmânia; instar o Governo desse país a assegurar eleições livres; exortar o Governo a libertar os presos políticos e a iniciar um diálogo com todos os partidos e grupos étnicos e também apelar aos governos da Rússia, Índia e China para pressionarem o governo da Birmânia"*.

Já o **Presidente José Ramos-Horta**, orador principal da conferência, manifestou a sua posição em relação às sanções explicando que *"as sanções económicas prejudicam o povo que já é vítima do regime"*. Durante a sua intervenção, apelou as ONGs para que continuassem no país e desafiou as empresas multinacionais a *"entrarem e estabelecerem-se na Birmânia, o que conduziria à criação de emprego fora do âmbito militar"*. O Prémio Nobel da Paz considera que as decisões a ser tomadas em relação ao desenvolvimento do país após as eleições têm de ser *"táticas e com o objectivo de criarem desenvolvimento"* e neste âmbito instou ao diálogo entre a UE e o Governo a um alto nível.

Gunnar Stålsett, Bispo emérito da Igreja da Noruega, reivindica o papel de Aung San Suu Kyi, *"como símbolo da resistência contra a repressão existente no país"*.



O Prémio Nobel da Paz considera que as decisões a ser tomadas em relação ao desenvolvimento do país após as eleições têm de ser "táticas e com o objectivo de criarem desenvolvimento".

Léon de Riedmatten, Director da Associação Fairness International - AFI, destacou os conflitos étnicos na Birmânia, e instou a uma abertura de diálogo entre os militares e os grupos étnicos, que até agora qualificou de *"inexistente"*. Ao terminar alertou que o boicote das eleições por parte do partido da oposição pode levar a que Birmânia se transforme *"numa dinastia à semelhança da Coreia do Norte"*.

Thierry Falise, da Associação Fairness International - AFI, acredita que em relação aos conflitos étnicos a solução passaria pela criação de um estado federal com a inclusão do diálogo tripartido entre regime, partidos da oposição e grupos étnicos.

Ma Nilar Oo, que reside na Birmânia e trabalha na Cruz Vermelha, manifestou que o país está dividido, em relação às eleições, entre os que têm esperança em que as eleições representem uma mudança social e económica; e os que estão preocupados com os problemas do dia a dia e não acreditam que as eleições tragam alguma mudança. Já em relação aos problemas económicos do país explicou que o governo não procura ajuda internacional e que está a florescer um novo estrato social de homens de negócios que acumulam riqueza. Também chamou a atenção da Comunidade Internacional para a importância da educação e da capacitação.

Harn Yawnghwe, Director Executivo do escritório Euro-Birmânia (EBO), também acredita que a estratégia do partido LND de boicotar as eleições é errada e salienta que os grupos étnicos vão participar para tentar obter uma representação. Apelou à UE para que envide todos os esforços para ajudar a evitar uma confrontação militar. 

Eurodeputados das RUPs reúnem com Durão Barroso

que anuncia Comunicação da Comissão sobre as RUPs em 2012

Maria do Céu Patrão Neves e Nuno Teixeira, Deputados europeus do PSD, dos Açores e da Madeira, respectivamente, tiveram ontem ao fim do dia um encontro com o Presidente da Comissão Europeia, **Durão Barroso**, que anunciou já para 2012 uma Comunicação da Comissão Europeia sobre as RUPs.

Todos os eurodeputados **das Regiões Ultra-periféricas da União Europeia** estiveram reunidos com o **Presidente da Comissão**, em Estrasburgo, para uma troca de pontos de vista acerca dos desafios que se colocam actualmente a estas Regiões, reunião esta que se prolongou mais do que o previsto, com excelente acolhimento do Presidente da Comissão que afirmou categoricamente a **“importância que atribui às RUPs”** revelando grande sensibilidade para os seus problemas.

Durão Barroso reconheceu o grupo de Deputados das RUPs como interlocutor **“válido e importante”** e apontou o grupo **“inter-serviços, ligado ao Comissário para o Desenvolvimento Regional como o organismo com o qual devemos trabalhar”**, revela **Patrão Neves**.



Patrão Neves destacou que o Presidente da Comissão reconheceu também a importância de proceder a **“uma análise de impactos nas RUPs dos acordos celebrados pela UE com países terceiros, nomeadamente nos acordos que estão em curso”**.

Nuno Teixeira, Deputado madeirense, sublinhou o facto de, independentemente de provirem de diferentes famílias políticas e das respectivas diferenças que os separam do ponto de vista ideológico, **“tem sido possível encontrar uma plataforma comum de entendimento entre todos, que reflecte os inte-**

resses comuns das regiões ultra periféricas.”

O Presidente da Comissão recomendou também aos Deputados das RUPs que deverão alargar a sua acção de lobby também aos Estados-Membros e ao Conselho, bem como aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela Agenda 2020, candidatando-se, em todas as áreas, com bons projectos. A iniciativa pretende alertar a Comissão Europeia para as especificidades das Regiões Ultra-periféricas, as quais exigem uma estratégia renovada e em consonância com os objectivos da nova Estratégia UE 2020 e com a reforma instituída pelo Tratado de Lisboa. 

Extracção de petróleo na Europa: Maria da Graça Carvalho apela à Comissão Europeia para expandir competências da Agência Europeia de Segurança Marítima de Lisboa.

Tendo em vista a aprovação em plenário de uma resolução apelando ao desenvolvimento de um plano europeu de prevenção e resposta imediata aos derrames petrolíferos e ao reforço da legislação relativa à responsabilidade ambiental, **Maria da Graça Carvalho** reiterou o seu apelo à Comissão Europeia para **expandir as competências da Agência Europeia de Segurança Marítima, localizada em Lisboa, de modo a criar mecanismos de supervisão da segurança das plataformas petrolíferas e de prevenção de desastres ambientais relacionados com a exploração e extracção petrolífera.**

Para formalizar esta sugestão, **Maria da Graça Carvalho** enviou em Junho deste ano uma carta aos **Comissários Oettinger, Kallas e Georgieva**, os quais em resposta por escrito à deputada, **demonstraram abertura em rever o regulamento da Agência Marítima Europeia, alargando as suas competências.**

Nas cartas dirigidas aos Comissários, a deputada do PSD manifestava que **“tendo em conta o desastre ambiental verificado no Golfo de México, que foi responsável pelo derramamento de cerca de 20.000 barris de petróleo no mar por dia, e tendo a Europa explorações no Mar do Norte, no Mar Negro e no Mediterrâneo, é importante assegurar a protecção das nossas costas”**.

Segundo **Maria da Graça Carvalho** **“não é preciso criar uma nova agência para estas novas competências, uma vez que tal suporia mais custos administrativos e logísticos.** Podemos aproveitar as infra-estruturas da Agência Europeia de Segurança Marítima, localizada em Portugal”.

Os ministros com as pastas da Energia vão debater este assunto no Conselho de 15 de Outubro, no Luxemburgo. A Agência Europeia de Segurança Marítima presta apoio e assistência técnica à Comissão Europeia e aos Estados Membros, no desenvolvimento e aplicação da legislação comunitária em matéria de segurança e protecção marítima e da poluição provocada por navios. 

Carlos Coelho questiona Comissão Europeia

sobre a Exclusão de alunos portugueses de acção do Programa Comenius

O Deputado **Carlos Coelho** dirigiu, à Comissão Europeia uma **pergunta escrita prioritária** sobre a mobilidade individual de alunos ao abrigo do Programa Comenius.

No dia 9 de Setembro de 2010 foi publicado no Jornal Oficial da UE um aviso de abertura de candidaturas para a acção para a mobilidade individual de alunos ao abrigo do Programa Comenius.

Carlos Coelho questionou a Comissão sobre **"o porquê dos jovens portugueses e dos estabelecimentos de ensino portugueses não serem considerados candidatos elegíveis a esta acção da União sendo assim excluídos de todas as mais valias que o Programa traz na sua educação/formação e desenvolvimento de uma cidadania europeia activa"**.

A acção para a mobilidade individual dos alunos ao abrigo do programa Comenius permite aos alunos do ensino secundário passar entre três a dez meses num estabelecimento de ensino anfitrião e numa família anfitriã no estrangeiro. A mobilidade dos alunos é organizada pelos estabelecimentos de ensino en-

volvidos numa mesma parceria entre escolas ao abrigo do programa Comenius.

Este programa tem como objectivo sensibilizar os jovens e o pessoal docente para a diversidade e o valor das culturas e das línguas europeias e desenvolver o conhecimento das mesmas junto desses sectores e ao mesmo tempo ajudar os jovens a adquirir as aptidões e competências vitais de base, necessárias para o seu desenvolvimento pessoal, para a sua futura vida profissional e para uma cidadania europeia activa.

O Deputado social-democrata sublinhou que **"para que o ensino e a formação europeia sejam uma referência mundial de qualidade é vital que se aposte na mobilidade, que se aposte nos intercâmbios e na cooperação entre as escolas e os alunos europeus"** e recordou que **"o Programa em questão permitiria que os jovens europeus promovessem as vertentes da cooperação, diálogo intercultural,**

intercâmbio de melhores práticas, aprendizagem de novas línguas, e um conjunto de competências vitais de base necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e profissional."

"A porta de entrada não está aberta a todos e a chave "para o conhecimento" está na mão apenas da Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Áustria, Finlândia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Suécia e Noruega", apontou o social-democrata. 



Regina Bastos vota favoravelmente o relatório sobre "realização do mercado interno do comércio electrónico"

Regina Bastos, **"um dos principais desafios é a realização de um verdadeiro mercado único em linha para a Europa."**

O Parlamento Europeu aprovou o relatório sobre a realização do mercado interno do comércio electrónico.

O comércio electrónico é uma realidade cada vez mais difundida e um meio importante para promover o comércio transfronteiras, melhorar o acesso a produtos mais variados, de maior qualidade reduzindo concorrencialmente os preços.

Todavia, razões de ordem técnica e legais estão na origem do fracasso de 60% das tentativas de encomendas transfronteiras pela Internet.

Para **Regina Bastos**, **"um dos principais desafios é a realização de um verdadeiro mercado único em linha para a Europa."**

Para a realização desse mercado único em linha, a Europa tem de dispor de um conjunto coerente de regras que promovam a confiança dos consumidores e retalhistas.

Para **Regina Bastos** **"é necessária uma melhoria na implementação da legislação europeia no domínio do comércio electrónico que permita alcançar um elevado nível de protecção dos utilizadores, bem como aumentar a confiança de todos os intervenientes no comércio electrónico, o que exige que os mesmos**

estejam devidamente informados acerca dos seus direitos e de como os assegurar no domínio do comércio em linha".

O relatório aprovado, propõe igualmente a criação de uma **"marca europeia de confiança"** que garanta a fiabilidade e a qualidade dos bens colocados no mercado electrónico transfronteiras.

A Deputada do PSD **Regina Bastos** destaca igualmente a **"importância de se reforçar a confiança nos sistemas de pagamento transfronteiras na internet, uma vez que as questões de segurança têm sido consideradas por muitos como dos principais obstáculos ao desenvolvimento do comércio electrónico."** 

Regina Bastos apoia alterações no sistema de farmacovigilância na União Europeia



Não podem restar dúvidas de que a farmacovigilância é uma prioridade da política comunitária em matéria de saúde.

O Parlamento Europeu aprovou dois relatórios que actualizam a legislação referente ao sistema de farmacovigilância na União Europeia.

A farmacovigilância é o sistema utilizado para supervisionar a segurança dos medicamentos após terem sido autorizados para utilização pública. A sua principal

função consiste na detecção, registo e avaliação das reacções adversas dos medicamentos e dispositivos médicos, tendo por objectivo a sua prevenção.

Não obstante a evolução dos últimos anos, existiam ainda algumas lacunas na legislação que se procuraram colmatar com esta actualização.

Regina Bastos refere que esta nova legislação tem por base *“a protecção dos pacientes que com estas alterações passam a ter acesso a melhor informação sobre os medicamentos e respectivos efeitos secundários”*.

A Deputada Regina Bastos, refere que a *“legislação aprovada, prevê a criação de um portal WEB europeu e portais nacionais que disponibilizem informação sobre segurança dos medicamentos e modo de comunicar às autoridades nacionais os efeitos adversos”*.

Para uma melhor protecção dos pacientes a Deputada Regina Bastos refere ainda a *“necessidade de um folheto informativo mais claro relativamente às principais características dos medicamentos”*.

Um bom sistema de farmacovigilância assenta numa adequada notificação das reacções adversas dos medicamentos.

Neste sentido a Deputada do PSD, Regina Bastos, destaca *“a importância do reforço do papel dos profissionais de saúde, dos pacientes e das empresas no sentido de voluntariamente notificarem as reacções adversas dos medicamentos”*.

Com esta nova legislação todas as reacções adversas, e não apenas as graves, devem ser notificadas à base de dados Eudravigilance, o que faz com que pela primeira vez as reacções adversas sejam todas centralizadas num só lugar na UE.

Para a Deputada do PSD Regina Bastos *“não podem restar dúvidas de que a farmacovigilância é uma prioridade da política comunitária em matéria de saúde”*

Paulo Rangel encarregado de estudar criação de código Europeu de Direito Administrativo

O Deputado **Paulo Rangel** foi designado **representante da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento europeu no recém-criado Grupo de Trabalho para o Código Europeu de Direito Administrativo**. Trata-se da criação do código de Direito Administrativo da União Europeia.



O Grupo de Trabalho constituído por 7 deputados europeus (além de

Paulo Rangel integram o Grupo dois alemães, dois espanhóis, um italiano e um britânico) vai começar por fazer a **compilação das normas europeias de Direito Administrativo** para depois avaliar e decidir se deve ou não existir um Código Europeu de Direito Administrativo. **Paulo Rangel** foi escolhido para representar a Comissão de Assuntos Constitucionais pela sua actividade académica mas também pela sua experiência com a Administração Pública e de trabalho como advogado especialista em Direito Administrativo que coordena o departamento de Direito Público (do escritório do Porto da Cuatrecasas Gonçalves Pereira). O Deputado é o único membro da Comissão de Assuntos Constitucionais com assento no Grupo de Trabalho.

Paulo Rangel afirma: *“Poder trabalhar no sentido da unificação de normas da União europeia dispersas e produzidas ao longo dos últimos 50 anos com vista a defesa dos cidadãos é uma tarefa extremamente gratificante. Por outro lado trata-se de um trabalho que intelectualmente é muito estimulante para quem, como eu, tem tido a oportunidade de trabalhar todos os dias com o Direito Administrativo quer na Faculdade de Direito, quer no escritório de Advogados. A possibilidade de participar na criação de um Código europeu de Direito Administrativo é, além de tudo o mais, uma oportunidade histórica.”*

Além do Deputado português **Paulo Rangel**, integram o Grupo de Trabalho o deputado italiano Luigi Berlinguer, os espanhóis López-Istúriz White e Francisco Sosa Wagner, os alemães Gerard Häfner e Alexandra Thein e o deputado britânico Sajad Karim. O Grupo de trabalho inicia a sua actividade no próximo mês de Outubro e prevê-se que conclua os trabalhos 7 meses depois, em Abril de 2011. 

União Europeia avança com projecto-piloto para promover emprego dos jovens



Programa proposto pelo Eurodeputado português **José Manuel Fernandes** vai concretizar-se sob a designação 'O teu primeiro EURES'. O objectivo é promover mais emprego entre jovens, que registam os mais altos índices de desemprego, em Portugal e na UE

A União Europeia vai avançar com um **projecto-piloto para promoção do emprego dos jovens na Europa**, dando seguimento à **proposta apresentada pelo Eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes** para o lançamento de um programa que promova o emprego dos jovens na União Europeia.

Este projecto-piloto surge na sequência de uma proposta defendida por **José Manuel Fernandes** no ano transacto, na Comissão dos Orçamentos, e visa **assegurar aos jovens europeus mais oportunidades de emprego e incentivar a sua colocação profissional em qualquer Estado-Membro da UE**.

Depois de o projecto-piloto avançar, estarão criadas as condições para a base jurídica necessária à concretização de **um programa definitivo com forte dotação financeira**.

José Manuel Fernandes propôs uma dotação de **4 milhões de euros** para este novo projecto relativamente a 2011. Esta proposta de dotação orçamental será votada no dia 28 de Setembro, na Comissão dos Orçamentos.

"Este avanço é a concretização de uma promessa eleitoral do PSD nas últimas eleições europeias e reveste-se de grande importância para a União Europeia, face aos elevados índices de desemprego entre

os jovens, com particular destaque para os recém-licenciados", afirma José Manuel Fernandes.

O Eurodeputado do PSD realça a satisfação pelo facto de se permitir, desta forma, uma **maior abertura do mercado do trabalho aos jovens** e a sua mobilização no seio da UE, onde existem **4 milhões de vagas de emprego por ocupar**, o que é uma situação paradoxal face às enormes taxas de desemprego.

José Manuel Fernandes alerta que a actual realidade do mercado de trabalho revela **números extremamente negros para os jovens**, cuja situação tem sido fortemente agravada nestes últimos anos de crise económica. Segundo os últimos números do Eurostat, **o desemprego em Portugal entre os jovens com menos de 25 anos atinge os 19,6%**, ou seja, quase o dobro do desemprego geral (11%). Na **zona euro**, a taxa de desemprego entre jovens cifra-se nos **20,2%**, enquanto o desemprego geral se situa nos **10%**.

Por outro lado, estão também salvaguardados eventuais riscos de fomentar a **precariedade e substituição directa de postos de trabalho** – onde os trabalhadores colocados poderiam ser preteridos face aos benefícios para novas contratações.

Membro efectivo da Comissão dos Orçamentos e da Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável Após 2013, **José Manuel Fernandes** considera que este projecto-piloto **"vai também contribuir para a dinamização da economia europeia e para o reforço da competitividade das empresas, nomeadamente as PME"**.

"É um projecto que permitirá reforçar as potencialidades das empresas para a inovação e para o desenvolvimento tecnológico, o que é decisivo para o futuro da economia europeia no contexto da concorrência global", sustentou o Eurodeputado do PSD, chamando ainda a atenção para a consolidação do mercado interno.

Denominado **'O teu primeiro emprego EURES'**, este projecto-piloto vai assegurar apoios

financeiros para que as empresas europeias, especialmente as PME, sejam encorajadas a recrutar mais jovens.

ASPECTOS DO PROJECTO-PILOTO

Os grupos-alvo:

- Jovens com idades até 30 anos, independentemente das suas qualificações e experiência de trabalho, já que o regime não é exclusivamente pensado para os novos participantes do mercado de trabalho.
- Todas as empresas legalmente estabelecidas, particularmente as PME, para ajudar a reduzir os custos da contratação internacional que afectam principalmente as companhias menores.

Empregos elegíveis:

- **"O teu primeiro emprego EURES"** vai oferecer aos jovens a sua primeira experiência de trabalho ou emprego especializado. O regime não se aplicará a situações de substituição de emprego, emprego precário, ou, em qualquer circunstância, emprego contrário ao direito do trabalho nacional.
- Para ser elegível para financiamento, o emprego tem de respeitar os seguintes critérios:
 - Estar localizado num país membro da rede EURES diferente do país de origem do candidato a emprego jovem (vagas transnacionais).
 - Garantir uma colocação profissional por um período contratual mínimo de 6 meses.

Apoios previstos para despesas:

- Serão cobertos os custos gerados pelo processo de recrutamento e um subsídio atribuído pelo recrutamento do Membro EURES do país de destino.
- Incentivo financeiro ao empregador para cobrir as despesas de integração do trabalhador (por exemplo, a indução, curso de formação de línguas, apoio administrativo, etc) após o processo de recrutamento ter sido concluído.
- Serão assegurados os custos de viagem e estadia dos candidatos a emprego para a primeira entrevista e os custos de deslocação para o estrangeiro. 

Relatório de Carlos Coelho

abre caminho a entrada da Bulgária e da Roménia em Schengen

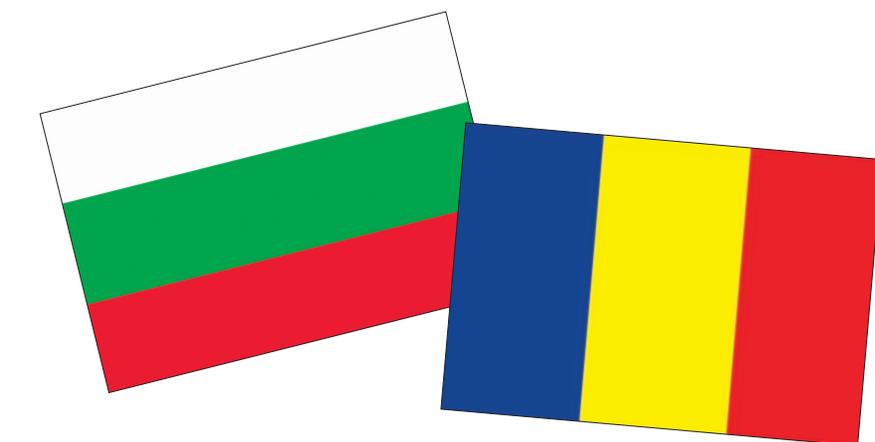
O Parlamento Europeu aprovou hoje o Relatório do Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho**, sobre **Aplicação das disposições relacionadas com o SIS à Bulgária e Roménia**. A aprovação desta Decisão constitui, assim, um primeiro passo com vista à **abolição dos controlos nas fronteiras internas da UE com a Bulgária e a Roménia**.

Desde a sua adesão à União Europeia, em 2007, a Roménia e a Bulgária começaram a trabalhar para a sua plena integração no espaço Schengen, (de acordo com o Artº 4(2) do Acto de Adesão).

Carlos Coelho recorda que, para que o Conselho possa tomar a decisão de abolir as fronteiras internas com esses Estados Membros, *“é necessário que os procedimentos de avaliação certifiquem todas as condições necessárias para a aplicação das partes relevantes do Acervo comunitário”* (Protecção de Dados, SIS, Fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, cooperação policial e vistos).

Como explica o Deputado do PSD, os procedimentos de avaliação começaram com a parte correspondente à protecção de dados, (decorreu ente 27 e 30 de Abril de 2009). Trata-se de *“verificar se cada um destes Estados Membros está suficientemente preparado para aplicar todas as disposições em termos de protecção de dados. Os resultados obtidos são, pois, condição prévia para o processo de avaliação relativamente ao Sistema de Informação de Schengen, que implica a transferência de dados SIS para estes países.”*

Na sua intervenção, o Deputado do PSD criticou o Conselho por não ter facilitado o acesso imediato do Parlamento Europeu aos documentos da avaliação feita à Roménia e à Bulgária, mas agradeceu *“o empenho do Embaixador da Roménia, graças ao qual, foi possível encontrar uma solução para esta situação concreta.”*



3. Avaliação da Roménia e da Bulgária:

Segundo o Relator **Carlos Coelho**, em relação à **Bulgária** foram identificadas falhas relativamente à adopção, implementação e aplicação de legislação relevante, nomeadamente a Recomendação 85/15 do Conselho da Europa - relativamente ao uso de dados pessoais no sector policial. O Relator registou ainda com agrado que nos relatórios de follow-up (em Janeiro de 2010), foi concluído que a Bulgária *“deu um seguimento adequado às recomendações que lhe tinham sido feitas.”*

Em relação à **Roménia**, **Carlos Coelho** revela que foram detectadas algumas fraquezas relativamente à adopção de duas leis que regulam o processamento de dados pessoais, bem como em relação às instalações e recursos da Autoridade Nacional para a Protecção de Dados, bem como a introdução de avaliações periódicas em relação a dados Schengen.

Ainda segundo o Relator, nos relatórios de follow-up (Fevereiro de 2010) também foi concluído que foi dado um seguimento adequado às recomendações. O Conselho concluiu assim que se encontravam preenchidas as **condições no domínio da protecção**

de dados e, por conseguinte, *“é possível o carregamento dos dados reais do SIS, logo que a Bulgária e a Roménia estejam preparadas para o efeito do ponto de vista técnico.”*

Mecanismo de avaliação de Schengen

A terminar, **Carlos Coelho** aproveitou a ocasião para recordar a necessidade de instituir, *“o mais rapidamente possível, um mecanismo de avaliação europeu que seja simples, eficaz, eficiente e transparente, que permita complementar a actual avaliação Schengen e que permita preservar a livre circulação no espaço Schengen.”*

Como o que está em causa é a segurança do espaço Schengen e dos seus cidadãos, **Carlos Coelho** considerou *“fundamental a existência de um envolvimento profundo de todos os actores relevantes no estabelecimento deste novo sistema de avaliação, pois só assim será possível garantir essa segurança e reforçar o princípio da confiança mútua - essencial à manutenção do espaço Schengen. O Parlamento recusou as propostas que lhe tinham sido enviadas.”*

“Peço à Comissão que exerça o seu direito de iniciativa” terminou **Carlos Coelho**.

Os Nossos Deputados:

Paulo Rangel
paulo.rangel@europarl.europa.eu

Carlos Coelho
carlos.coelho@europarl.europa.eu
www.carloscoelho.eu

Maria da Graça Carvalho
mariadagraça.carvalho@europarl.europa.eu
www.gracacarvalho.eu

Mário David
mario.david@europarl.europa.eu
www.mariodavid.eu

Nuno Teixeira
nuno.teixeira@europarl.europa.eu
www.nunoteixeira.eu

Maria do Céu Patrão Neves
mariadoceu.patraoneves@europarl.europa.eu
www.patraoneves.eu

Regina Bastos
regina.bastos@europarl.europa.eu
www.reginabastos.eu

José Manuel Fernandes
josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu
www.josemanuelfernandes.eu